

RECURSO ESPECIAL Nº 1.860.060 - RJ (2020/0023008-7)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
RECORRENTE : COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE
ADVOGADOS : JAYME SOARES DA ROCHA FILHO - RJ081852
LEONARDO FERREIRA LÖFFLER E OUTRO(S) - RJ148445
HENRIQUE SILVA DA ROSA CARVALHO - RJ159537
RECORRIDO : TRANSPORTES PARANAPUAN S A
ADVOGADO : FELIPE RHAMNUSIA DE LIMA E OUTRO(S) - RJ150264

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Recurso Especial interposto pela **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**, contra acórdão prolatado, pela 20ª Câmara Cível do Turma do Tribunal no julgamento de apelação, assim ementado (fls. 355/378e):

APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO CAUTELAR CONVERTIDA EM AÇÃO ORDINÁRIA. AÇÃO DE COBRANÇA. CEDAE. TARIFA DE ÁGUA E ESGOTO. PRESCRIÇÃO NÃO CONFIGURADA. INADMISSÍVEL A COBRANÇA INTEGRAL DA TARIFA DE ESGOTAMENTO QUANDO O SERVIÇO É PRESTADO DE FORMA PARCIAL. PROVA PERICIAL AFIRMANDO QUE A CONCESSIONÁRIA NÃO PARTICIPA DE TODAS AS ETAPAS DO CICLO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO. PAGAMENTO DEVIDO NA PROPORÇÃO DE 50% DO VALOR COBRADO A TÍTULO DE TARIFA DE ESGOTAMENTO. SENTENÇA MANTIDA.

1. Aplicação do Código de Defesa do Consumidor. A hipótese é de relação de consumo entre a prestadora do serviço e a parte autora, sendo aplicáveis as normas insertas no Código Consumerista.

2. Prescrição não configurada. O STJ, ao julgar, na categoria de recursos repetitivos (REsp 1117903/RS), o prazo prescricional para as tarifas de água e esgoto firmou a tese de que “é vintenário o prazo prescricional da pretensão executiva atinente à tarifa por prestação de serviços de água e esgoto, cujo vencimento, na data da entrada em vigor do Código Civil de 2002, era superior a dez anos. Ao revés, cuidar-se-á de prazo prescricional decenal.” 3. Esgotamento Sanitário. Cobrança tarifária.

As Cortes Superiores já manifestaram entendimento no sentido de que a natureza jurídica dos serviços de água e esgoto prestados por concessionária de serviço público é de tarifa ou preço público.

4. Inadmissível a cobrança integral da tarifa de esgotamento sanitário sem a devida contraprestação. Precedentes. Conclui-se, portanto, que se o serviço de não é prestado integralmente, não se justifica a cobrança de tarifa a ele referente, sob pena de violação do princípio do enriquecimento sem causa.

5. Repetição de Indébito. Devolução simples dos valores cobrados.

NEGATIVA DE PROVIMENTO AOS RECURSOS.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 402/416e).

Com amparo no art. 105, III, *a e c*, da Constituição da República, além de divergência jurisprudencial, aponta-se ofensa aos dispositivos a seguir relacionados, alegando-se, em síntese, que:

i) art. 1.022 do Código de Processo Civil – há omissão no acórdão recorrido, porquanto "a recorrente, em seus Embargos de Declaração, apontou a existência de contradição no v. acórdão de fls. 356/373 ao afirmar que o precedente do C. STJ seria de observância obrigatória, somente sendo possível sua revisão pelo próprio Tribunal Superior e, ao final, decidindo o mérito do caso concreto de forma diversa, isto é, contrariando os termos do precedente e omissão, ao deixar de estabelecer os critérios objetivos para fixação da cobrança da tarifa de esgoto na proporção de 50% sobre a tarifa da água." (fl. 426e);

ii) art. 3º, inciso I, alínea b, da Lei Federal 11.445/2007 c/c art. 9º do Decreto 7.217/2010 – "o recorrido pretende deixar de pagar pela prestação do serviço, pois, no seu entendimento, não estaria sendo prestado de forma completa. Aqui a relação é entre usuário e concessionária, onde deve ser verificado se o serviço é prestado e enseja a cobrança da tarifa. O STJ entendeu que, prestada mais de uma das fases do serviço, a cobrança é devida. E na espécie, apenas não é oferecida de forma adequada a fase de tratamento final, todavia as demais fases são mantidas e prestadas pela recorrente. Sem a atuação da Companhia sequer os dejetos seriam retirados da estrutura do usuário, sendo ainda pior para o meio ambiente e para a saúde pública. Já a ausência de adequado tratamento dos dejetos extrapola essa relação entre usuário e consumidor, sendo própria do Poder Concedente. Assim, o consumidor não pode evadir-se do pagamento da tarifa sob a alegação de ausência de adequado tratamento dos dejetos. Não obstante, foi exatamente o que o v. acórdão recorrido fez: ao entender que inexistiria tratamento adequado, declarou ilegal a cobrança ao recorrido" (fl. 430e);

iii) art. 206, § 3º, IV, do Código Civil – prescrição trienal da pretensão.

Com contrarrazões (fls. 505/514e).

Em sede de juízo de conformidade, não houve juízo de retratação, conforme a seguinte ementa (fls. 542/558e):

JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ART. 1030, II, DO CPC. REVISÃO DE COBRANÇAS DE TARIFA DE ESGOTO. LEI Nº 11.445/2007. INADMISSÍVEL A COBRANÇA INTEGRAL DA TARIFA DE ESGOTAMENTO QUANDO O SERVIÇO É PRESTADO DE FORMA PARCIAL. ROVA PERICIAL AFIRMANDO QUE O RÉU NÃO PARTICIPA DE TODAS AS ETAPAS DO CICLO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO. PAGAMENTO DEVIDO PELO AUTOR NA PROPORÇÃO DE 50% DO VALOR COBRADO A TÍTULO DE TARIFA DE ESGOTAMENTO. ACÓRDÃO QUE NÃO SE MOSTRA INCOMPATÍVEL COM ENTEDIMENTO FIRMADO NO RECURSO REPETITIVO Nº 1.339.313/RJ. O ENTENDIMENTO DE QUE A COBRANÇA NÃO PRESSUPÕE A PRESTAÇÃO INTEGRAL DO SERVIÇO NÃO IMPÕE A COBRANÇA DA TARIFA CHEIA, QUE SEQUER É COMPATÍVEL COM A NATUREZA DE PREÇO PÚBLICO DA REMUNERAÇÃO. MANUTENÇÃO DO ACÓRDÃO, DETERMINANDO-SE O RETORNO DOS AUTOS À TERCEIRA VICE-PRESIDÊNCIA.

O recurso foi admitido (fl. 575/579e).

Feito breve relato, decidido.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Nos termos do art. 932, V, do Código de Processo Civil de 2015, combinado com os arts. 34, XVIII, *c*, e 255, III, do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a dar provimento a recurso se o acórdão recorrido for contrário à tese fixada em julgamento de recurso repetitivo ou de repercussão geral (arts. 1.036 a 1.041), a entendimento firmado em incidente de assunção de competência (art. 947), à súmula do Supremo Tribunal Federal ou desta Corte ou, ainda, à jurisprudência dominante acerca do tema, consoante Enunciado da Súmula n. 568/STJ:

Superior Tribunal de Justiça

O Relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.

A Recorrente sustenta a existência de omissão no acórdão recorrido, não sanada no julgamento dos embargos de declaração, porquanto porquanto "a recorrente, em seus Embargos de Declaração, apontou a existência de contradição no v. acórdão de fls. 356/373 ao afirmar que o precedente do C. STJ seria de observância obrigatória, somente sendo possível sua revisão pelo próprio Tribunal Superior e, ao final, decidindo o mérito do caso concreto de forma diversa, isto é, contrariando os termos do precedente e omissão, ao deixar de estabelecer os critérios objetivos para fixação da cobrança da tarifa de esgoto na proporção de 50% sobre a tarifa da água." (fl. 426e).

Ao prolatar o acórdão recorrido, o tribunal de origem enfrentou a controvérsia nos seguintes termos (fls. 367/369e):

Desse modo, tratando-se de cobrança cuja natureza é de preço público, necessário reconhecer a exigência da prestação do serviço, de forma completa, para que possa ser cobrado integralmente o valor correspondente, posto que, sob a ótica do Código de Defesa do Consumidor, que rege a relação usuário – concessionária, não se pode admitir a cobrança da tarifa, se não ocorrer a prestação do serviço.

Assim, para que exista a cobrança integral, a título de esgotamento sanitário, é necessário que a ré preste o serviço em questão, em consonância com o artigo 3º, alínea “b”, da lei nº 11.445/07, que traz a definição de esgotamento como um conjunto de atividades que se integram.

(...)

O princípio da legalidade exige que haja a cobrança somente do serviço que for efetivamente prestado, e nada mais.

Sob a ótica do Código de Defesa do Consumidor, impõe-se a observância da equidistância das obrigações no contrato de prestação de serviços, o que reflete, inexoravelmente, em seu equilíbrio econômico-financeiro.

O consumidor, no entanto, continua pagando por serviço que não é completo em seu aspecto mais relevante, que é o tratamento dos dejetos, servindo tal situação como elemento de risco à própria saúde.

Cabe destacar que, conforme observado no brilhante voto lavrado pela Des. Marília Castro Neves Vieira nos autos da Apelação Cível 0022233-82.2011.8.19.0007, “não pode o Poder Judiciário incentivar a prática antiecológica das empresas concessionárias, permitindo a abusiva cobrança de taxa pelo serviço de esgoto, sem haver qualquer tratamento. O fato é que posição contrária incentivará a inércia das empresas que não se empenharão em desenvolver a necessária

implantação do tratamento do esgoto.” Assim, verificando-se constar nas faturas do respectivo serviço a cobrança em sua integralidade, merece ser mantida a sentença que considerou legítima somente a cobrança de 50% sobre o valor do consumo de água.

No que tange à devolução em dobro, verifica-se que os valores pagos a título de tarifa de esgoto pela autora devem ser restituídos na forma simples, haja vista não existir caracterização de má-fé por parte da concessionária na cobrança ora impugnada.

No caso, não verifico omissão acerca de questão essencial ao deslinde da controvérsia e oportunamente suscitada, tampouco de outro vício a impor a revisão do julgado.

Consoante o art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, cabe a oposição de embargos de declaração para: *i)* esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; *ii)* suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; e, *iii)* corrigir erro material.

A omissão, definida expressamente pela lei, ocorre na hipótese de a decisão deixar de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento.

O Código de Processo Civil considera, ainda, omissa, a decisão que incorra em qualquer uma das condutas descritas em seu art. 489, § 1º, no sentido de não se considerar fundamentada a decisão que: *i)* se limita à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida; *ii)* emprega conceitos jurídicos indeterminados; *iii)* invoca motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão; *iv)* não enfrenta todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador; *v)* invoca precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes, nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos; e, *vi)* deixa de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.

Sobreleva notar que o inciso IV do art. 489 do Código de Processo Civil de 2015 impõe a necessidade de enfrentamento, pelo julgador, dos argumentos que possuam aptidão, em tese, para infirmar a fundamentação do julgado embargado. Esposando tal entendimento, o precedente da Primeira Seção desta Corte:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA ORIGINÁRIO. INDEFERIMENTO DA INICIAL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE, ERRO MATERIAL. AUSÊNCIA.

1. Os embargos de declaração, conforme dispõe o art. 1.022 do CPC, destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material existente no julgado, o que não ocorre na hipótese em apreço.

2. O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo art.

489 do CPC/2015 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida.

3. No caso, entendeu-se pela ocorrência de litispendência entre o presente mandamus e a ação ordinária n. 0027812-80.2013.4.01.3400, com base em jurisprudência desta Corte Superior acerca da possibilidade de litispendência entre Mandado de Segurança e Ação Ordinária, na ocasião em que as ações intentadas objetivam, ao final, o mesmo resultado, ainda que o polo passivo seja constituído de pessoas distintas.

4. Percebe-se, pois, que o embargante maneja os presentes aclaratórios em virtude, tão somente, de seu inconformismo com a decisão ora atacada, não se divisando, na hipótese, quaisquer dos vícios previstos no art. 1.022 do Código de Processo Civil, a inquinar tal decum.

5. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no MS 21.315/DF, Rel. Ministra DIVA MALERBI – DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/06/2016, DJe 15/06/2016).

E depreende-se da leitura do acórdão integrativo que a controvérsia foi examinada de forma satisfatória, mediante apreciação da disciplina normativa e cotejo ao firme posicionamento jurisprudencial aplicável ao caso.

O procedimento encontra amparo em reiteradas decisões no âmbito desta Corte Superior, de cujo teor merece destaque a rejeição dos embargos declaratórios uma vez ausentes os vícios do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 (v.g. Corte Especial, EDcl no AgRg nos EREsp 1.431.157/PB, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJe de 29.06.2016; 1ª Turma, EDcl no AgRg no AgRg no REsp 1.104.181/PR, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJe de 29.06.2016; e 2ª Turma, EDcl nos EDcl no REsp 1.334.203/PR, Rel. Min. Assusete Magalhães, DJe de 24.06.2016).

Porém, no mérito, verifico que o acórdão recorrido contrariou entendimento consolidado nesta Corte no sentido de que é legal a cobrança da tarifa de

esgoto quando ausente o tratamento final dos dejetos, porquanto a lei não estabelece que o serviço público de esgotamento sanitário somente ocorrerá quando todas etapas forem efetivadas, bem como não proíbe a cobrança da tarifa pela prestação de uma ou mais fases da atividade.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DOS DEJETOS. INEXISTÊNCIA DE REDE DE TRATAMENTO. TARIFA. LEGITIMIDADE DA COBRANÇA.

1. Não há violação do artigo 535 do CPC quando a Corte de origem emprega fundamentação adequada e suficiente para dirimir a controvérsia.

2. À luz do disposto no art. 3º da Lei 11.445/2007 e no art. 9º do Decreto regulamentador 7.217/2010, justifica-se a cobrança da tarifa de esgoto quando a concessionária realiza a coleta, transporte e escoamento dos dejetos, ainda que não promova o respectivo tratamento sanitário antes do deságue.

3. Tal cobrança não é afastada pelo fato de serem utilizadas as galerias de águas pluviais para a prestação do serviço, uma vez que a concessionária não só realiza a manutenção e desobstrução das ligações de esgoto que são conectadas no sistema público de esgotamento, como também trata o lodo nele gerado.

4. O tratamento final de efluentes é uma etapa posterior e complementar, de natureza sócio-ambiental, travada entre a concessionária e o Poder Público.

5. A legislação que rege a matéria dá suporte para a cobrança da tarifa de esgoto mesmo ausente o tratamento final dos dejetos, principalmente porque não estabelece que o serviço público de esgotamento sanitário somente existirá quando todas as etapas forem efetivadas, tampouco proíbe a cobrança da tarifa pela prestação de uma só ou de algumas dessas atividades. Precedentes: REsp 1.330.195/RJ, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, DJe 04.02.2013; REsp 1.313.680/RJ, Rel. Min. Francisco Falcão, Primeira Turma, DJe 29.06.2012; e REsp 431121/SP, Rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, DJ 07/10/2002.

6. Diante do reconhecimento da legalidade da cobrança, não há o que se falar em devolução de valores pagos indevidamente, restando, portanto, prejudicada a questão atinente ao prazo prescricional aplicável as ações de repetição de indébito de tarifas de água e esgoto.

7. Recurso especial provido, para reconhecer a legalidade da cobrança da tarifa de esgotamento sanitário. Processo submetido ao regime do artigo 543-C do CPC e da Resolução 8/STJ.

(REsp 1339313/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/06/2013, DJe 21/10/2013).

Superior Tribunal de Justiça

Por serem elucidativos, vale transcrever os seguintes trechos desse julgado:

Embora não efetivadas todas as atividades que subdividem o serviço de esgotamento sanitário, certo é que algumas fases foram prestadas, as quais representam dispêndio ao Poder Público e, como tal, deve ser devidamente ressarcido.

Em outras palavras, o fato de não estar sendo feito o tratamento dos dejetos, antes deles serem lançados em rios, não impede a cobrança da tarifa, eis que a remuneração há de ser devida como contraprestação pela instalação, operação e manutenção da infra-estrutura de coleta e descarga do esgoto.

A cobrança da tarifa, portanto, não pressupõe a prestação integral do serviço de esgotamento sanitário, mas apenas parte dele, que, no caso dos autos, se resume à realização da coleta, do transporte e do escoamento dos dejetos.

Assim, há que se considerar prestado o serviço público de esgotamento sanitário pela simples realização de uma ou mais das atividades arroladas no art. 9º do referido decreto, de modo que, ainda que detectada a deficiência na prestação do serviço pela ausência de tratamento dos resíduos, não há como negar tenha sido disponibilizada a rede pública de esgotamento sanitário.

Assim, conclui-se que a ausência de tratamento dos efluentes não enseja nem sequer a redução proporcional da tarifa, porquanto esta não é calculada com base em cada um dos serviços que a compõe, mas é um valor único, capaz de remunerar satisfatoriamente os diversos serviços efetivamente realizados.

Isto posto, com fundamento nos arts. 932, V, do Código de Processo Civil de 2015 e 34, XVIII, c, e 255, III, ambos do RISTJ, **DOU PROVIMENTO** ao Recurso Especial, para reconhecer a legalidade da cobrança integral da tarifa.

Fixo os honorários em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa em favor do Recorrente.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 20 de março de 2020.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora